

Fabiane Ferreira da Silva
Alinne de Lima Bonetti
Organizadoras

GÊNERO, DIFERENÇA E DIREITOS HUMANOS

é preciso esperar em tempos hostis



Florianópolis, 2020

GÊNERO, DIFERENÇA E DIREITOS HUMANOS:
é preciso esperar em tempos hostis
(1ª Edição)

© Copyright by Fabiane Ferreira da Silva e
Alinne de Lima Bonetti (Organizadoras)

Revisão Textual

Tagiane Mai

Imagem da capa

Elisa Riemer

Projeto Gráfico e Diagramação

Rita Motta – Ed. Tribo da Ilha

A impressão do presente livro foi financiada com recursos destinados pelo Ministério Público do Trabalho de Uruguaiiana, a partir da reversão de multas e indenizações decorrentes da atuação fiscalizatória do órgão.

G326 Gênero, diferença e direitos humanos : é preciso esperar em
tempos hostis / Fabiane Ferreira da Silva; Alinne de Lima
Bonetti, organizadoras. – 1. ed. – Florianópolis : Tribo da Ilha,
2020.
168 p. : il. ; fots.

Inclui referências
ISBN: 978-65-86602-07-4

1. Relações de gênero. 2. Sexo – Diferenças. 3. Raça e Etnia.
4. Diversidade. 5. Direitos humanos. 6. Ciências sociais. 7. Ciências
da educação. I. Silva, Fabiane Ferreira da. II. Bonetti, Alinne de Lima.

CDU: 392.6

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071



EDITORA TRIBO DA ILHA
Rod. Virgílio Várzea, 1991 – S. Grande
Florianópolis-SC – CEP 88032-001
Fones: (48) 3238 1262 / 9-9122-3860
editoratribodailha@gmail.com
www.editoratribo.blogspot.com

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NO CONTEXTO BRASILEIRO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

JANE FELIPE

O presente capítulo pretende discutir o conceito de violências de gênero, que pode assumir diversas formas, uma vez que os micromachismos, a violência benévola e os maus-tratos emocionais constituem a base para outras formas de violência – patrimonial, física –, nem sempre reconhecidas pelas próprias mulheres como violação de seus direitos. A educação, em seus mais diferentes níveis, precisa também fomentar esse diálogo, dentro dos princípios dos direitos humanos fundamentais, através da formação inicial e continuada de seu corpo docente, promovendo o debate entre os/as alunos/as e a comunidade.

Tais reflexões aqui propostas foram gestadas a partir das pesquisas realizadas na linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*, no eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade*, que, ao longo de muitos anos, tem se dedicado a estudar esses temas, em especial no campo da educação. Cabe também ressaltar que, na qualidade de integrante do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), criado em 1990, pela professora Guacira Louro, não poderia deixar de mencionar a importância do referido grupo para as pesquisas e estudos realizados ao longo dessas três décadas, em relação às temáticas de gênero e sexualidade. Desde a sua fundação, temos produzido um significativo número de pesquisas sobre essas temáticas,¹ com o intuito de contribuir

¹ Só no eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade*, foram produzidas até o momento nove teses de doutorado, além de três em andamento; 15 dissertações de mestrado; três orientações de pós-doutorado e três em andamento (2020-2021).

para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a proteção das infâncias e a equidade de gênero, em especial no âmbito das escolas e da formação docente.

■ Alguns dados estatísticos

Um dos temas de grande relevância no contexto atual diz respeito à violência cometida contra as crianças, em suas mais distintas formas, pois as estatísticas apontam que, no Brasil, crianças e jovens têm sido vítimas de inúmeros tipos de violência, a saber: violência doméstica, violência disciplinar, negligência, abandono, violência sexual, pedofiliação, além das violências sofridas na escola (*bullying*), muitas delas motivadas por homofobia. Segundo os *Atlas da Violência* de 2018 e 2019 (BRASIL, 2018, 2019), ambos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), e o *13º Anuário de Segurança Pública* (BRASIL, 2019), houve um considerável aumento da violência contra crianças e mulheres. Segundo o Relatório mundial sobre violência e saúde (OMS, 2002, p. 5), a violência pode ser entendida como o

uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

Por sua vez, a violência intrafamiliar pode ser definida como

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno

Na graduação, foram produzidos, nos últimos anos (2009-2019), 14 trabalhos de conclusão de curso (TCCs) com as temáticas de gênero, sexualidade e infâncias, sob a orientação da Profa. Dra. Jane Felipe. De acordo com Medeiros (2018), a Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é a unidade universitária com maior número de TCCs, dissertações e teses sobre estudos de gênero armazenadas no Lume, representando 32,2% do total de documentos desse repositório. Segundo a autora, uma possível explicação está na presença do GEERGE e da linha de pesquisa, que tem extensa produção na área.

desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (DAY et al, 2003, p. 10).

Segundo os índices apresentados pelo *Atlas da Violência 2018*, podemos concluir que o Brasil é um país extremamente violento e racista, apesar de enaltecermos e vendermos a imagem de que este é um local de muita camaradagem, de que os/as brasileiros/as são receptivos/as, cordatos/as etc. Os números apontam que 56,5% dos homicídios são de homens jovens, entre 15 e 19 anos, e que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas. Enquanto a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, a taxa de mortes da população negra aumentou 23,1% e, em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%).

Com relação aos feminicídios, o *Atlas da Violência 2018* mostra que, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, representando uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em relação às crianças, o índice de estupro coletivo chegou a 43,7%, enquanto o estupro coletivo de adolescentes ficou na faixa de 20,1% dos casos. Em relação às crianças estupradas, os maiores agressores eram amigos ou conhecidos da família (30,13%), padrastos (12,09%) e os próprios pais (12,03%). É interessante observar a pouca diferença percentual entre agressores padrastos e pais biológicos, evidenciando, assim, o quanto a sociedade ainda trabalha com a ideia de uma família idealizada.

Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2018), houve um aumento de 83% nas notificações gerais de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os anos de 2011 a 2017. Tal violência envolve assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual. A maioria dos casos ocorreu dentro da própria casa e foi cometida por homens (92,4%). O estupro foi a violência mais notificada, atingindo 62% em relação às crianças, especialmente na faixa etária de um a cinco anos (51,2%). Entre adolescentes, esse número chegou a 70,4%, principalmente na faixa entre 10 e 14 anos (67,8%). As meninas foram as maiores vítimas: 74,2% entre as crianças e 92,4% entre

as adolescentes. Outro dado importante revela que as meninas e jovens negras são as maiores vítimas de violência sexual: 55,5% das meninas negras e 45,5% das adolescentes são abusadas, estupradas ou exploradas sexualmente.

Cabe lembrar que o Ministério da Saúde acredita que muitos casos nem chegam a ser notificados, pois o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) ainda não foi implementado em todo o país. Apenas em 2014, os casos de violência sexual passaram a ser imediatamente notificados, sendo que, em 78,5% dos casos, a violência se deu na própria residência da vítima. Portanto, é fundamental falarmos sobre machismos, violência benévola, micromachismos, idealização do amor romântico e de família, paternidade e maternidade, como demonstramos em pesquisa anterior, intitulada “Violências de gênero, amor romântico e famílias: entre idealizações e invisibilidades, os maus-tratos emocionais e a morte”, em parceria com algumas universidades da Espanha.²

■ Por que falar desse tema na escola?

Ao nos depararmos com estatísticas tão expressivas em relação às violências de gênero, como as apontadas aqui, é necessário que a sociedade civil organizada possa promover e combater esse tipo de violência, que muitas vezes se torna invisível e pouco reconhecida como tal. Reiteramos que a escola e os cursos de formação docente têm grande responsabilidade na promoção desse debate e no combate a toda e qualquer forma de violência, cabendo-lhes a tarefa de problematizar tais

² Um dos principais objetivos da pesquisa, financiada pelo CNPq, consistiu em discutir estratégias sobre como trabalhar a temática dos maus-tratos emocionais na formação docente inicial e continuada, a partir da perspectiva de gênero, nos cursos de Pedagogia e Psicologia da UFRGS, FURG, UFPel, FAPA, Ulbra, UFSM, UNIFRA (Universidade Franciscana de Santa Maria/RS) UEX (Universidad de Extremadura, Espanha). Foi construído um questionário especialmente para levantar situações de maus-tratos emocionais entre mulheres. A pesquisa envolveu 15 cidades de diversas regiões do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Montenegro, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Arroio do Sal, São Luiz Gonzaga e Bagé) e seis cidades da Espanha (Cáceres, Badajóz, Sevilla, Málaga, Valência e Cádiz). A parte espanhola da pesquisa foi coordenada pela Profa. Dra. Carmen Galet, da UEX.

questões. Isso porque a escola é um espaço fundamental de incentivo, produção e ampliação do conhecimento, em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até a universidade. Ela se constitui em um local que deve acolher as curiosidades e interesses das crianças, jovens e adultos, portanto qualquer tema (por mais difícil que seja) deve ser discutido no espaço escolar. Além disso, a escola deve ser um local de formação de cidadãos éticos e críticos, além de um espaço de produção e incentivo à cultura.

Não devemos esquecer que a violência fere os direitos humanos e atinge o rendimento dos/as alunos/as, pois muitas crianças presenciam, em seus lares, situações de violência, trazendo-lhes sérias consequências, na medida em que são vítimas indiretas (ou mesmo diretas) dos maus-tratos emocionais e/ou físicos sofridos (LANDINI; ZANATTA, 2012; MORAES, 2019; LEGUIÇA, 2019). Portanto, é dever da escola discutir o tema em todos os níveis de ensino, propondo formas de combater tais modelos de violência presentes na nossa cultura. Nesse sentido, a universidade tem o compromisso ético de desenvolver pesquisas e formar/qualificar profissionais que promovam a equidade de gênero e o combate a todas as formas de violência (FELIPE, 2009, 2012).

No entanto, a partir de 2015, houve uma pressão desencadeada pelo movimento Escola Sem Partido, para que fossem retirados do Plano Nacional de Educação quaisquer menções aos conceitos de gênero e sexualidade, causando desde então um efeito cascata nos demais planos municipais e estaduais de educação, com acalorados debates pela total exclusão dos referidos termos. O argumento de tais grupos preconizava a ideia de que caberia somente à família (e não à escola) discutir sobre educação sexual, propondo, assim, que os/as professores/as ignorassem os temas aí implicados, como a construção dos *scripts* de gênero, que delineiam concepções de masculinidade e feminilidade e a sexualidade (muitas vezes, confundida ou restrita ao ato sexual e à pornografia). De lá para cá, muitos professores têm sido perseguidos e impedidos de discutir esses temas, ainda que sejam colocados como uma demanda dos/as alunos/as (SEFFNER, 2017). No entanto, ignorar esses temas pode contribuir para acobertar várias formas de violência cometidas contra as crianças e jovens, além de romper com um dos principais deveres da escola, que é o de informar e ampliar o conhecimento para que elas possam se proteger e denunciar possíveis abusos (LANDINI;

ZANATTA, 2012; FERRARIS; GRAZIOSI, 2004; LOWENKRON, 2010; SILVA et al., 2018).

Algumas confusões conceituais entre identidades de gênero e identidades sexuais têm sido veiculadas nos últimos anos, em especial por conta da deflagração de um pânico moral insuflado por tais grupos conservadores, que reiteradamente têm espalhado informações equivocadas sobre os referidos conceitos.

Quando falamos de gênero, estamos nos referindo basicamente às expectativas sociais/culturais/históricas em torno de homens e mulheres, ou seja, as masculinidades e as feminilidades são vivenciadas de diferentes formas, pois elas se constroem, expressam-se (e modificam-se com o passar do tempo) nas roupas, nos acessórios, na imposição dos modos de ser e de se comportar, nas oportunidades que são dadas (ou não) a um e a outro etc. Tais *scripts* de gênero vão sendo arquitetados desde a mais tenra infância ou mesmo antes do nascimento, ao se saber o sexo do bebê. Roteiros, normas, apontamentos vão prescrevendo e pautando a conduta dos sujeitos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto. Quando os *scripts* são ignorados, rompidos ou modificados, podem ocorrer imposição de sanções e promoção de discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo (re)escrever seus próprios *scripts*.

Em relação às identidades sexuais, elas se referem à forma pela qual orientamos nossos desejos afetivo-sexuais (hetero, homo, bi, poli, assexuais) e também são constantemente vigiadas e controladas, assim como as identidades de gênero. Tais tentativas de normatização são estabelecidas por diversos discursos e instituições, pautando como os sujeitos devem se comportar. Em geral, o elemento-chave para tais definições está ligado ao sexo biológico, pois, mesmo antes de nascer, as famílias criam inúmeras expectativas em torno desse novo ser que está por vir. Assim, os discursos – religioso, médico/científico, psicológico, jurídico, midiático, entre tantos outros possíveis – e as instituições – família, escola, igreja – tentam pautar como devemos ser e nos comportar. Porém, tais roteiros podem sofrer inúmeras negociações, recusas ou adesões, sejam elas totais ou parciais, variando com o passar do tempo histórico e dependendo da cultura e sociedade na qual os sujeitos estão inseridos.

Em muitas culturas, a ideia de feminilidade se pauta pelo incentivo ao mundo doméstico, inculcando nas meninas e mulheres que elas têm

um dom “natural” para tudo aquilo que se relaciona com o gerenciamento do lar, da família e dos filhos (BURMAN, 1999). Para sustentar essa lógica, a idealização do amor romântico, da família e da maternidade exerce um papel primordial. Não raras vezes, a maternidade parece ser um destino inescapável às mulheres, havendo pressões de várias ordens, principalmente da família, quando elas expressam o desejo de não terem filhos. Trabalhamos aqui com a ideia de completude e transformação (para melhor), tão presente em diferentes discursos – religioso, médico, psicológico, midiático etc. –, fazendo com que as mulheres acreditem que a maternidade seria uma espécie de redenção e plenitude, uma experiência fundante para as suas existências (FELIPE, 2000).

Outro aspecto que constitui a feminilidade diz respeito à necessidade de embelezamento, que, no caso brasileiro, volta-se para a erotização dos corpos desde a infância (BECK; FELIPE, 2014; FELIPE; GUIZZO, 2003; FELIPE, 2013, 2015a).

Tais expectativas em torno do ser mulher passam pela ideia de cuidado – de si, da casa, dos filhos, do marido (no caso de relações heterossexuais), dos netos, das pessoas idosas da família –, exigindo dedicação, renúncia e paciência, atributos muito valorizados em relação ao sexo feminino. Se considerarmos as inúmeras atividades exigidas para as mulheres, chegaremos à conclusão de que muitas delas possuem uma oitava jornada de trabalho, que vai demandar tempo de dedicação, esforço emocional e dinheiro, a saber: cuidar de si, da aparência (embelezamento), da administração da casa e da prole; dedicar-se à relação afetiva (se tiver parceiro/a); mostrar competência nas atividades profissionais; ser uma ótima aluna (para aquelas que ainda estudam), independente das múltiplas tarefas que venha a exercer. Além disso, muitas mulheres, a partir de determinada faixa etária, veem-se às voltas com o cuidado dos pais idosos (ou mesmo sogros/as, avós e também os netos), como mostram os dados do IBGE (2018) em relação às mulheres acima dos 60 anos.

Pesquisa intitulada *Por ser menina no Brasil* (2013), que entrevistou 1.771 garotas entre 6 a 14 anos de idade, de diferentes estados e cidades do Brasil, mostrou as inúmeras desigualdades de gênero produzidas no seio das famílias, impingindo muito mais tarefas a elas do que aos meninos. Por exemplo, em relação às tarefas domésticas, 81,4% delas eram responsáveis por arrumar a própria cama, 41% cozinhavam,

76,8% lavavam a louça e 65,6% limpavam a casa, o mesmo não ocorrendo com seus irmãos. Apenas 11,6% dos meninos arrumavam sua própria cama, 11,4% cozinhavam, 12,5% lavavam a louça e 11,4% limpavam a casa. Soma-se a isso o fato de que os *scripts* de gênero direcionados aos meninos se pautam no incentivo ao desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e espacial, através dos brinquedos e brincadeiras disponibilizados para eles, além do incentivo à agressividade e à competitividade, dentro de expectativas que colocam os homens a assumirem um certo protagonismo. Algumas pesquisas têm mostrado ainda que, desde muito cedo, os meninos são incentivados ao exercício da misoginia e da homofobia, ensaiando, através de brincadeiras, por exemplo, um profundo desprezo pelas meninas e por quaisquer comportamentos que possam ser confundidos com um perfil homossexual (LEGUIÇA, 2019; BELLO, 2006, 2013; FELIPE; MORAES, 2019).

■ Temas relevantes para a formação docente

Um dos temas fundamentais para a promoção da equidade de gênero se refere aos micromachismos, pois estes operam de modo que as próprias vítimas, colocadas em um lugar de subalternidade e humilhação, não reconheçam tal linguagem de manipulação, que as submete a uma posição de inferioridade, ainda que disfarçada de brincadeiras ou piadas. É importante lembrar que, antes da agressão física propriamente, há um longo, contínuo e sistemático processo de agressão moral e psicológica, que compromete a autoestima das mulheres e meninas, pois, diante desse reiterado tipo de comportamento – humilhação e desvalorização de suas capacidades –, as vítimas vão se sentindo impotentes para reagir às agressões físicas e emocionais.

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, em seu Art. 7º, inciso II, cap. II, define a violência psicológica ou maus-tratos emocionais como qualquer conduta que possa causar algum tipo de dano emocional e diminuição da autoestima da pessoa, prejudicando, assim, o seu desenvolvimento. Tal violência consiste em degradar ou controlar “ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir”.

Outro conceito importante para compreendermos como se dá o sistema de opressão que atinge muitas mulheres se refere à violência benévola (ou sexismo benévolo), que consiste naquela violência disfarçada de proteção e, justamente por isso, difícil de ser identificada. Segundo referem Formiga, Gouveia e Santos (2002, p. 106), trata-se de uma “atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, evidenciando o sentido paternalista que a descreve como pessoa frágil, que necessita atenção, mas que também pode complementar o homem”. Os referidos autores argumentam ainda que esse tipo de violência é perigoso por sua sutileza, já que nem sempre é fácil identificá-lo. Em geral, o sujeito que imprime um sexismo “benévolo” em relação às mulheres não consegue reconhecer que suas atitudes são controladoras e, portanto, violentas, ainda que disfarçadas de proteção.

As principais características da violência benévola estão assentadas em concepções paternalistas, na diferenciação de gênero e na matriz heterossexual. No paternalismo, a mulher é vista como incapaz e frágil, necessitando ser protegida e amparada (na verdade, controlada). Soma-se a isso a ideia de complementariedade entre homens e mulheres, a partir de uma diferenciação de gênero, em que são identificados atributos positivos na mulher, mas que são complementares aos que possuem os homens. Reforça-se, então, a ideia de que tanto o homem quanto a mulher não podem ser completamente felizes em suas vidas se carecerem um do outro. Dentro dessa lógica de matriz heterossexual, a mulher usa seu atrativo e poder sexual para dominar o homem, muitas vezes se valendo de estratégias de fragilidade (é preciso parecer frágil e necessitada de proteção). O homem, por sua vez, tem como princípio a aproximação para fins sexuais, sendo educado dentro de uma lógica de homem predador, sedutor (CAMARA, 2007).

Dentro dessa educação sexista e heteronormativa, que idealiza as relações amorosas e as noções de família, muitas mulheres aprendem que, sem um companheiro, elas devem se sentir inferiores e dignas de compaixão e ajuda. Por isso, quando sofrem algum tipo de violência, acabam por aceitar ou minimizar a situação, protegendo o agressor na esperança de que ele mude. Por vezes, as mulheres ocultam os maus-tratos diante de sua família ou amigos ou então tentam justificar os atos do agressor, reabilitando-o por outras qualidades que ele possa ter – bom pai, trabalhador etc. É comum ainda justificar a agressão sofrida como um mero

descontrole pessoal, mas não relacional ou estrutural, fruto de educação machista, que acha natural maltratar as mulheres. Alguns resultados da pesquisa sobre maus-tratos emocionais nos relacionamentos afetivos apontaram que muitas mulheres não denunciam seus agressores por conta da família e dos filhos ou por não perceberem que esse tipo de relação abusiva poderia ser passível de denúncia (FELIPE; MACEDO, 2016).

Sobre a importância desses temas para a formação docente, tanto inicial quanto continuada (FELIPE, 2015), é importante que as escolas e secretarias de educação invistam em cursos de aperfeiçoamento, extensão, especialização, entre outros, instrumentalizando, assim, o corpo docente para que exerça com a maior competência possível o ofício de professor/a, proporcionando informação adequada e teoricamente consistente, dentro dos princípios de uma educação laica, protetiva e ética.

■ Referências

BECK, Dinah Q.; FELIPE, Jane. Gênero e uniformes escolares: a produção de corpos espetáculo na infância. **Textura**, v. 16, p. 169-189, 2014.

BELLO, Alexandre T. As meninas são tuas princesinhas... Os meninos, teus reizinhos... E eu? Eu não sou nada! *In*: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada (org.). **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Editora Ulbra, 2013. v. 1, p. 45-62.

BELLO, Alexandre T. **Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRASIL. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BRASIL, IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. In: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 38, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=2101551>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Volume 49. Número 27. Jun. 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

BURMAN, Erica. **La desconstrucción de la psicología evolutiva**. Madrid: Morata, 1999.

CAMARA, Adriane P. **Gênero e sexualidade na revista Sexy: um roteiro para a masculinidade heterossexual**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13271>. Acesso em: 15 set. 2019.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v. 25, suppl. 1, p. 9-21, abr. 2003.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos femininos infanto-juvenis: um desafio para a educação hoje. **Revista Artíficios**, v. 2, p. 1-9, 2015a.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. p. 54-66.

FELIPE, Jane. Género y sexualidad: desafíos actuales para la formación del profesorado. *In*: CARRETERO, Ana; RUIZ, Carmen; CONCHIÑA, Juan (org.). **Una enseñanza de las ciencias sociales para el futuro: recursos para trabajar la invisibilidad de personas, lugares y temáticas**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2015b. v. 1, p. 375-382.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e formação docente: uma proposta em discussão. *In*: FILHA, Constantina (org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009. p. 45-56

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n. 25, p. 115-131, 2000.

FELIPE, Jane. “Vinde a mim as criancinhas”: pedofiliação e a construção de gênero nas mídias contemporâneas. PELÚCIO, Larissa [et. al] (org.). **Olhares**

plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 90-98, 2012.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições** (Unicamp), Campinas: Unicamp, v. 14, n. 3, p. 119-129, 2003.

FELIPE, Jane; MACEDO, Carmen G. Maus-tratos emocionais e formação docente. *In*: LUZ, Nanci S.; CASAGRANDE, Lindamir S. (org.). **Entrelaçando gênero e sexualidade: violências em debate.** Curitiba: Editora UTFPR, 2016. v. 4, p. 78-91.

FELIPE, Jane; MORAES, Jéssica T. Como problematizar as violências de gênero na Educação Infantil? Uma proposta em discussão. **PraKsis** (FEEVALE), v. 3, p. 137-154, 2019.

FERRARIS, Anna Oliverio; GRAZIOSI, Barbara. **Qué es la pedofilia?** Barcelona: Paidós, 2004.

FORMIGA, Nilton S.; GOUVEIA, Valdiney V.; SANTOS, Maria Neusa dos. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 103-111, jan./jun. 2002.

LANDINI, Tatiana; ZANATTA, Luiz. Pesquisa, ética e notícia – algumas questões sobre o noticiário da violência sexual contra crianças e adolescentes. *In*: PELÚCIO, Larissa et al. (org.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 74-89.

LEGUIÇA, Michele Lopes. **“Atira no coração dela”**: corpos e *scripts* de gênero na Educação Infantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LOWENKRON, Laura. Abuso sexual, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? **Revista do CLAM**, Rio de Janeiro, n. 5, 2010. p. 9-29.

MEDEIROS, Thaís Dias. **A produção científica sobre estudos de gênero no repositório digital da UFRGS: um estudo bibliométrico** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, POA, Brasil-RS, 2018.

MORAES, Jéssica T. “**Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo**”: violências de gênero a partir do olhar das crianças. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Jane/Downloads/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso: 01 jul. 2018.

PLAN Internacional. **Por ser menina no Brasil**: crescendo entre direitos e violências, 2014.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488969068_ARQUIVO_FernandoTextoHistoriadoresDemocraciaANPUHSP.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

SILVA, Jackson Ronie Sá *et al.* (org.). **A discussão da pedofilia no campo da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018.